

# A MATERIALIDADE DE UMA FORMAÇÃO CONTÍNUA PARA EDUCADORES SEM TERRA NUM ASSENTAMENTO

**Fátima Maria dos Santos**

Universidade do Estado do Para- UEPA

fatimasantos04@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho apresenta elementos sobre a formação continuada de educadores em um assentamento rural do Movimento de Trabalhadores Sem Terra – MST. Ressalta a concepção que o Movimento vem construindo sobre o homem, a educação e sociedade. O presente texto constitui-se de: a descrição metodológica da pesquisa – qualitativa tipo etnográfica; e a materialidade da formação continuada, à luz das abordagens teóricas, tendo como fundamento as vozes/relatos dos educadores assentados. Constitui-se em apresentar resultados da pesquisa sobre: como acontece a formação contínua do educador sem-terra em um assentamento e quais os princípios pedagógicos que fundamentam essa formação.

**Palavras-chave:** educador sem-terra; formação; princípios pedagógicos.

## INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

O referido texto prioriza os elementos fundamentais que caracterizam a formação dos professores numa área de Assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, destacando o cotidiano, a coletividade e a militância enquanto prática possível para uma realização política e social em um Movimento que tem com prioridade a ocupação e permanência na terra e que passa também pela educação e ocupação da escola.

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa do tipo etnográfico, utilizando-se das técnicas: a observação, a entrevista e a análise documental. “O que esse tipo de pesquisa visa é a descoberta de novos conceitos, novas relações, novas formas de entendimento da realidade”. (André, 2005, p. 30)

Neste trabalho, todos os dados foram coletados pela própria pesquisadora, com atenção aos fatos, às reações, ao ambiente, buscando interagir com os sujeitos da pesquisa, no caso, os professores, e com o ambiente mais amplo em que viviam, por meio da aproximação, comunicação, participação em atividades e convivência no assentamento.

A pesquisa priorizou as relações construídas no interior do assentamento - uma experiência concreta. A base epistemológica deu-se sob a perspectiva de análise histórica, baseada em Paulo Freire (1921-1997), importante para a construção pedagógica das escolas, assim como nos estudos de formação inicial e contínua dos educadores nos assentamentos.

Quanto à delimitação geográfica da pesquisa: o MST se organiza em regionais. No Pará existem quatro regionais: Carajás, Araguaia, Eldorado (no sul do Pará) e o regional Cabano – no norte do Pará, formado por quatro assentamentos: João Batista II (Castanhal-Pa); Paulo Fonteles, Elizabete Teixeira e Mártires de Abril (Mosqueiro-Pa). Do regional Cabano, o maior é o assentamento “João Batista II” – local onde realizou-se a pesquisa.

## MATERIALIDADE DA FORMAÇÃO CONTÍNUA: vozes dos professores assentados

O professor, no assentamento, assume uma importante parcela de responsabilidade pela sua própria formação continuada. Para explicar o como acontece essa formação, os professores se referem à organização de coletivos em três momentos: local (assentamento); estadual e nacional. As oportunidades oferecidas pelo coletivo nacional de educação só alcançam os professores se, de fato, o Setor de Educação local estiver organizado e os professores mobilizados.

A formação inicial desses professores – Magistério e Graduação – acontece via parceria entre MST e Universidade Federal do Pará - UFPA com o apoio financeiro do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária, PRONERA – Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Ao comentar sobre a sua formação o professor ressalta o aspecto do antes e depois da entrada no MST e fala da pertença ao Movimento como oportunidade de uma vida mais prazerosa com chances para estudar, trabalhar, tendo pela frente a construção de um ideal que perpassa a coletividade.

No movimento de constituir-se do MST, demanda uma das formas de vida que é o agir coletivamente diante da pluralidade dos sujeitos que ali estão. É a compreensão de um projeto cuja construção e sustentabilidade tem como exigência a superação de um pensar e fazer individualizado, para um agir e fazer coletivo. O elemento que se destaca é o movimento de ser e estar no MST que vai se caracterizando um acontecimento social. Daí a formação continuada de professores é mais que formar para a escola, é mais que a formar para ensinar. É uma experiência humana – uma história onde o indivíduo em ação - a individuação - num intenso processo de encontro com o outro desconhecido opta por uma construção socializada da experiência.

Antes eu era uma pessoa vazia. Lutava para sobreviver . Aqui no Movimento a gente luta para viver com dignidade. Então, eu não tinha auto-estima. Aqui, recuperei a auto-estima e a corresponsabilidade. Hoje trabalho e pelo trabalho melhoro a minha vida e a vida das pessoas. Vejo o meu crescimento e os dos outros. Nada é só em prol de si mesma. Nós, do MST, somos importantes para o Brasil. Quantas reuniões participei para trazer para cá energia elétrica, linha de ônibus, transporte coletivo para os estudantes (jovens) que estudam em Castanhal, posto médico. E isso não é um benefício só para o assentamento. Todas as comunidades vizinhas usufruem. As políticas públicas que conquistamos é para toda população rural (nossos vizinhos). Então, a vida aqui mudou para esses agricultores, isolados, depois da nossa chegada. Todos são hoje, nossos amigos. Hoje, entendo o trabalho como um bem social e não uma oportunidade individual. Quero ver todo mundo lutando e vencendo. Vamos vencendo por parte, quem nos empurra é o sonho, a utopia. E nisso está a beleza do movimento. Queremos mulheres e homens novos e uma sociedade nova, da igualdade de direitos, de bens, de conforto. Então, agora posso dizer que tenho dignidade. Aqui no assentamento é bonito, por exemplo, ver que é zero a mortalidade infantil. As crianças comem muita fruta. Plantamos muitas fruteiras e tudo dá a seu tempo. (Educadora “A” – entrevista em 07/02/06)

Constitui-se um processo formativo, que gradativamente lhe atribui identidade enquanto *organização*; como *movimento social* - MST – *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*, conforme expressa Caldarte (1997 e 2000).

Nesse constituir-se se vêem como sujeitos históricos, construtores de um território, para refazerem-se enquanto humanos e dispostos a concretizar a realização de uma vida digna, juntos, coletivamente. É nesse sentido que se trata de dar vozes a uma experiência humana a um acontecimento humano.

Entrei no movimento em 1998, ainda quando era acampamento. Minha situação financeira era muito precária. Trabalhava como professora (serviço prestado), houve demissão em massa e eu fui uma das demitidas. Meus filhos foram para São Paulo, à procura de trabalho e eu fiquei só aqui. Então, fui convidada por um amigo do MST. A princípio o convite era para ocupar a terra e receber projeto de sustentação - casa, lavoura e gado. Então, entrei no acampamento, depois no assentamento, gostei e fiquei. Ocupamos a fazenda em novembro de 1998 e no ano 2000, mudamos para esse local, na mesma fazenda. Logo o assentamento se organizou em setores e me convidaram para ser a coordenadora do setor de educação no assentamento. Comecei a trabalhar com a EJA – cerca de 40 alunos à noite (todos adultos), depois trabalhei com educação infantil. Este ano vou trabalhar com uma 2ª série. No ano de 2000 iniciei o curso do magistério pelo movimento (em Bananeiras- Paraíba, próximo a Campina Grande), mas concluí em 2005, em Marabá-Pa. Teve etapas que não fiz, por problemas de saúde. E venho participando de vários cursos de formação em Marabá-Pa. Em São Paulo, participei de um curso do EJA. (Educadora “A” – entrevista em 07/02/06)

A compreensão de educação como uma das prioridades no procedimento de organização do assentamento pode ser entendida também como uma reivindicação que integra a luta pela terra e trabalho. A formação do núcleo de educação é uma manifestação de que a escola deve ser repensada como um todo a fim de ser parte de um projeto maior que considera as relações de trabalho incluindo sua dimensão sociopolítica.

Antes de entrar no movimento não tinha interesse nenhum pela política. E depois que entrei para o movimento comecei entender todo o processo, através das leituras, estudo, debates, muitas descobertas. Antes de entrar no movimento, trabalhei como professora (17 anos) na rede municipal em Belém. Mas, não tinha o conhecimento como eu tenho agora, não tinha interesse pela leitura. Lia porque tinha que trabalhar, mas, não era aquele prazer pela leitura como eu tenho agora. Antes eu lia para repassar, hoje leio para transformar o que estiver ao meu alcance junto com os companheiros e companheiras.

Cresci quanto a solidariedade, na capacidade de ver a beleza do mundo, da luta, das vitórias, dos sonhos. O movimento é tudo de bom pra mim. Hoje, tenho minha casa, a terra, a produção. Uma das minhas filhas, (com marido e dois filhos) veio morar comigo e hoje é professora na escola do assentamento, das turmas de educação infantil. (Educadora “A” – entrevista em 07/02/06)

No diálogo com os educadores sobre sua trajetória no MST, é pertinente o aspecto da busca pela humanização. O ponto de partida é a resistência inerente à natureza ontológica, como nos falava Paulo Freire. As necessidades, situações de ausências, referendadas nos depoimentos, como o desemprego, a falta de moradia, falta das condições básicas para os filhos, o sofrimento por ver uma vida sem rumo, ausência de sentidos, de significados. Da insatisfação, da inquietação, a decisão de arriscar uma saída e recuperar a crença em si mesmo. O maior deles, a recuperação da auto-estima, a descoberta de suas potencialidades, e a superação de uma consciência ingênua

para uma consciência mais politizada, que subentende a abertura para novas indagações e passar de uma concepção individualista, da vida, para uma concepção coletiva.

Mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem a si mesmos como problema. Descobrem que pouco sabem de si, de seu “posto no cosmos”, e se inquietam por saber mais. Estará, aliás, no reconhecimento do seu pouco saber de si uma das razões desta procura. Ao se instalarem na quase, senão trágica descoberta do seu pouco saber de si, se fazem problema a eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas repostas os levam a novas perguntas. (FREIRE, 2002, p. 29)

As indagações, as respostas e, conseqüentemente, novas perguntas, cercam a questão em torno de sua humanização, que implica reconhecer a desumanização como condição para buscar a humanização, expressão da vocação ontológica, mas também os mecanismos históricos que a produzem. “Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão”. (Freire, 2002, p. 30)

Antes eu era uma pessoa vazia. Lutava para sobreviver. Aqui a gente luta para viver com dignidade. Aqui, recuperei a auto-estima e a corresponsabilidade. Hoje trabalho e pelo trabalho melhoro a minha vida e a vida das pessoas. Vejo o meu crescimento e os dos outros. Nada é só em prol de si mesma. Nós, do MST, somos importantes para o Brasil. Quantas reuniões, participei para trazer para cá energia elétrica, linha de ônibus, transporte coletivo para os estudantes, posto médico. E isso não é um benefício só para o assentamento. Todas as comunidades vizinhas usufruem. As políticas públicas que conquistamos é para toda população rural (nossos vizinhos). Então, a vida aqui mudou para esses agricultores, isolados, depois da nossa chegada. Todos são hoje, nossos amigos. Hoje, entendo o trabalho como um bem social e não uma oportunidade individual. Quero ver todo mundo lutando e vencendo. Vamos vencendo por parte, quem nos empurra é o sonho, a utopia. E nisso está a beleza do movimento. Queremos mulheres e homens novos e uma sociedade nova, da igualdade de direitos, de bens, de conforto. Então, agora posso dizer que tenho dignidade. Aqui no assentamento é bonito, por exemplo, ver que é zero a mortalidade infantil. As crianças comem muita fruta. Plantamos muitas fruteiras e tudo dá a seu tempo. (Educadora “A” – entrevista em 07/02/06)

Podemos interpretar que a tarefa humanista está em libertar-se em dois sentidos – do opressor e de si mesmo, se os desejos e as ações do opressor forem hóspedes dos sujeitos oprimidos.

A educação desses sujeitos prioriza as relações cotidianas em um ambiente de luta, de organização, de resistência e de inserção no movimento social.

A história do MST é uma história de aprendizado coletivo dos pobres do campo, que a partir de suas experiências e de suas necessidades foram descobrindo e aprendendo ao longo dos vinte anos.. A história de luta pela terra e pela Reforma Agrária, já é uma história educativa. Já é aprendizado de vida, de participação, portanto educativa. (STÉDILE, 2004, p.69)

Ao indagar sobre a formação contínua, é pertinente a relação que o educador faz desse processo com o cotidiano do assentamento, a articulação com o Movimento e a concepção de

educação, como um caminho para explicar a intencionalidade do ato de formar que subentende uma formação de dimensão política e ideológica, com o propósito de atender à demanda que se apresenta no assentamento, organicamente vinculada à política traçada pelo coletivo nacional de educação.

Então, a formação continuada serve para potencializar esses educadores e envolvê-los o máximo com a educação e a escola nos assentamentos. O forte da formação continuada se dá no próprio processo de implementação da escola, porque as secretarias municipais não se preocupam com as escolas nos assentamentos, então, é o professor educador-militante que tem que assumir a implementação e fazer acontecer. (Educadora “D”- entrevista em 14/02/06)

No processo de formação contínua do professor, destacam-se três níveis em que está organizado o coletivo de educação do MST, no qual o professor se insere para buscar a sua formação. O primeiro, em nível local – é o núcleo de educação organizado em cada assentamento pelos que trabalham na escola. O segundo, em nível estadual – uma equipe que busca articular o trabalho de educação nos acampamentos e assentamentos em cada estado. E por último, em nível nacional, onde a formação acontece através da articulação das equipes estaduais e dos encontros nacionais, nos quais participam professores representando os assentamentos.

Em nível local, especificamente no assentamento João Batista II, o Setor de Educação é formado pelo grupo de assentados que trabalha na escola: professores, secretária, bibliotecária, serviços de apoio, um total de nove membros. Realizam semanalmente a reunião pedagógica, nas sextas-feiras, à tarde, das 16h às 17h30min, na própria escola. Os professores, conscientes de sua formação, fazem um esforço de assegurar para si mesmos esse espaço, em que ao mesmo tempo, discutem e encaminham questões também de caráter administrativo. A formação contínua é entendida também como a participação dos professores nas reuniões da coordenação do assentamento, nas assembleias locais, nas reuniões da militância. Essa participação é explicada como um processo de construção social da formação que se materializa na inserção da vida social cotidiana e produtiva do assentamento.

No início do ano, o coletivo de educação do assentamento faz um planejamento anual. Dentro desse planejamento se reserva um tempo para estudo do coletivo. A nossa concepção é de que o educador tem que estar sempre estudando e se formando. Só que isso não se dá como a gente quer e planeja. Às vezes, falta um professor, noutra reunião, falta outro professor - ou porque teve que ir a Castanhal levar documentos na Secretaria de Educação; ou porque teve que ir participar de alguma reunião representando a escola, os encontros do próprio movimento e outros. Sem contar que os assuntos cotidianos tomam a maioria do tempo de todas as reuniões, como por exemplo: indisciplina dos alunos, sobre os adultos que trazem as crianças para a escola à noite e não conseguem estudar direito, nem deixar o professor dar aula, sobre a merenda escolar que falta, sobre algum conserto na escola, quem vai para o encontro estadual, e pra estudar mesmo, quase não sobra tempo. Mas existe o desejo para que isso aconteça. Assumimos tudo na escola e decidimos quase tudo. A diretora – que não é do assentamento - acha que ser democrática é deixar tudo por nossa conta. Acharmos que isso é falta de preparo e conhecimento para lidar com as escolas do campo, principalmente com as escolas de assentamento do MST. (Educadora “A” - entrevista em 07/02/06)

Existe um planejamento local com vistas à formação contínua do professor. Destacam-se as reuniões pedagógicas semanais, promovidas e coordenadas pelo núcleo de educação que compreende a importância do estudo para a formação do professor e sua prática pedagógica. Porém, a falta de assistência por parte da secretaria de educação visível na ausência de outros agentes pedagógicos como o diretor e/ou um coordenador pedagógico acumulam responsabilidades ao professor. Cabendo a este a tarefa de ensinar e de administrar a escola, requerer junto à secretaria municipal de educação o que é direito dos alunos e da escola. Trata-se de responsabilidades que, no momento em que são repassadas, de forma aleatória, aos professores e ao Setor de Educação, no assentamento, compromete o tempo que deve ser utilizado para a formação propriamente dita. É uma realidade que pode contribuir para uma interpretação confusa quanto à identidade do professor em área de assentamentos, na medida em que este, responde por tudo na escola.

Essa formação acontece de acordo com a necessidade. Assim que se percebe os limites e os desafios a gente busca construir alternativas, [...]. [...] exemplo - a questão da *avaliação* - alguns dizem assim: como é que vou avaliar essa tal e tal situação? Então há a partilha de como um faz outro faz e se busca apoio em referências bibliográficas e no encontro seguinte [...] se traz alguma leitura [...] que contribui com a questão e se socializa no grupo; Outra questão é o *manejo de classe*: temos uma criança meio perigosa, então, como sem reprimir, dar para disciplinar, organizar mais, colocar toda essa manifestação do lado da criança dentro de um processo da produção do conhecimento. Disciplinar sem reprimir e sim potencializar isso. Agora há uma formação que ela decorre da própria pertença a organicidade do movimento: então muita formação para o entendimento da conjuntura, entendimento da sociedade, mecanismos que sustenta a sociedade. (Educador “B” - entrevista em 07/02/06)

Os depoimentos são pertinentes ao manifestarem que, no cotidiano da escola, os professores buscam entre eles o enfrentamento das situações em sala de aula quanto ao relacionamento professor e aluno e questões de prática de ensino. É certo que, num contexto de reforma agrária, os sujeitos envolvidos tendem a enfrentar as ausências das políticas públicas e, num ambiente de caos, criar os caminhos necessários para permanecerem no campo. No caso da escola, é um processo de enfrentamento do caos que subentende assumir o compromisso quanto ao fazer acontecer a escola, ao mesmo tempo em que provocam a instituição pública responsável, a assumir o que é de sua competência.

No depoimento a seguir, como também nos anteriores, há uma preocupação em explicar a prioridade de uma formação para a militância, que acontece em meio às ocupações, no cotidiano do assentamento, em compromisso com as metas do Movimento.

Temos nossas reuniões toda semana. Estudamos os temas conforme as orientações que recebemos do Nacional através da coordenação Estadual, [...]. [...] Aqui, somos educadores, mas antes, temos que ser agricultores. Gostar da terra, produzir, alcançar qualidade de vida. [...] A formação, para nós, acontece em tempo integral. Tem uma ocupação, por exemplo, temos que ir lá apoiar os companheiros organizar os companheiros, orientar os professores... e aí? sem preparo, só com boa vontade não se

ajuda, só atrapalha. Então, não é uma formação do faz de conta. Ela se dá e permanece nos conflitos que são próprios de um grupo em constante movimento como nós. [...]. Outra forma do educador está sempre em formação é a participação direta da vida do assentamento [...]. (Educadora “C” - entrevista em 08/02/06)

Segundo os depoimentos, o professor, como toda a equipe de educação, prioriza as ações que lhe são mais características dada a opção de inserção num movimento social o que determina o jeito de organizar a escola, a prática na sala de aula, o tempo na escola, o currículo e principalmente a formação do professor voltada para a organização e mobilização dos Sem Terra, bem como a conscientização sobre a nova identidade social. Se a ênfase recai sobre o trabalho de conscientização, é muito mais importante, por exemplo, organizar, acompanhar e coordenar o Encontro dos Sem Terrinha, mobilizar as crianças a participarem do que cumprir os dias letivos conforme exigências da Secretaria de Educação Municipal. Essa prática se repete em outras ocasiões, como os eventos que reúnem os jovens e adolescentes Sem Terra, bem como nas ausências do professor da escola, quando este tem que ir apoiar uma nova ocupação e contribuir para organizar os professores, no local. Os professores que ficam no assentamento, assumem o trabalho daquele que se ausentou.

Essa é uma questão em que o educador se apóia para explicar a sua militância e o caminho pelo qual o ensino-aprendizagem acontece também fora da sala de aula, pois para eles a educação deve absorver compromisso com a mudança social e a transformação política da sociedade, e só o ensino sistemático não dá conta dessas dimensões.

Esse aspecto remete-nos ao diálogo entre Paulo Freire & Shor:

É interessante vermos novamente, Ira, como a educação sistemática e formal, apesar de sua importância, não pode ser, realmente, a alavanca da transformação da sociedade. [...]. O que devemos fazer, creio eu, desde o início da nossa experiência como professores, é estar criticamente conscientes dos limites da educação. [...]. Se compreendermos a natureza limitada e vinculada da educação, se compreendermos como a educação formal se relaciona com a sociedade global, sem ser, apenas, a reprodutora da ideologia dominante, e sem ser, também a principal alavanca da transformação; se compreendermos desse modo nossa prática educacional, evitaremos, então, um certo otimismo ingênuo que pode levar-nos, no futuro, a um terrível pessimismo. (FREIRE & SHOR, 2006, pp.157-1580)

As iniciativas locais do Setor de Educação é um desdobramento de uma das metas do MST – a democratização do ensino – que subentende o acesso ao conhecimento, criação de escolas, sem descuidar dos outros espaços que o MST cria para educar, sabendo que a escola sozinha não dá conta de formar para mudanças sociais.

O setor de educação foi fruto de um aprendizado e de uma necessidade. Nos organizamos internamente, para derrubar essa cerca, a cerca da exclusão dos conhecimentos. E os companheiros e companheiras foram então se aglutinando no Setor de Educação, como um espaço organizador dessas atividades importantíssimas para o Movimento, que era de lutar pelo acesso ao conhecimento, pelo acesso à escola, em todos os níveis.

Temos muito a comemorar. Primeiro comemorar a lucidez de que o acesso à educação era fundamental, para “libertar” as pessoas, como dizia Paulo Freire. Libertar da escuridão, da ignorância, da falta de democracia. E também podemos comemorar, como conseguimos engajar milhares de companheiros e companheiras em atividades específicas da educação. (STÉDILE, 2004, p.69)

Segundo o autor, a construção de uma sociedade democrática passa pelo acesso ao conhecimento e é um aprendizado que deve ser compartilhado com outros movimentos sociais, pois pelo conhecimento a terra pode ser transformada. Para Stédile é importante “que os outros movimentos sociais também adotem a educação, como uma área fundamental de suas conquistas, de suas preocupações, da construção de seus movimentos”. (Stédile, 2004, p. 70). É nesse sentido que, segundo Frigotto (2004), o MST constituiu-se o maior movimento social da história do Brasil e vem gestando um novo projeto educativo do campo numa perspectiva política pública.

Está implícita uma preocupação do o que ensinar para os jovens e crianças integrantes de um movimento social, como o MST. Nesse sentido, é oportuno o ponto de vista de Maria Anita Martins (2002):

Admitimos que a formação docente não poderá se reduzir ao que ensinar, vale dizer, aos conteúdos do ensino, ou se reduzir à técnica de transmissão de tal conteúdo. Ao agente educativo, seja da educação infantil, do ensino fundamental e médio, solicita-se a consideração ao menos do *porquê de ensinar*, isto é, as motivações sócio-antropológicas da ação docente: do *a quem ensinar*, isto é, quem é o sujeito do educar; do *o que ensinar*, ou seja, que coisa tem relevância para essa cidadania em construção; e do *como ensinar*. (MARTINS, 2002, p.104 – grifo da autora).

Relacionado a por que ensinar, a quem ensinar e o que ensinar, acrescenta-se uma pergunta, que provoca inquietações no cotidiano do assentamento: “Qual a escola que queremos?”. Essa pergunta acompanha o desenvolvimento do trabalho educativo no assentamento, bem como a formação contínua do professor in lócus.

A relação educação e reforma agrária é pertinente e a concepção é de que as transformações que buscam através do Movimento não serão alcançadas num plano concreto sem a educação.

Em nível do coletivo estadual, sim, temos um projeto de formação continuada. Em nível estadual o coletivo de educação busca oferecer os eixos (que já vem do Nacional). São orientações, dadas, através dos cursos formais: magistério, pedagogia, que a gente traz para a discussão do coletivo de educação no assentamento. Em nível estadual o projeto é que se faça dois encontros por ano. Mas, isso também varia. Em 2003, realizamos três encontros. Em 2004 e em 2005, realizamos um encontro em cada ano e neste ano de 2006, a tendência é que se faça também só um encontro, devido o encontro nacional de educação. No encontro estadual de 2005, o tema foi: O processo da leitura e construção de texto. Tivemos a de professores da Universidade Federal do Pará - UFPA, com textos, palestras, oficinas e socialização. (Educador “B” - entrevista em 07/02/06)

Percebe-se uma triangulação sobre a qual se apóia a formação dos educadores: **o assentamento**, como o lugar da experiência cotidiana; **a esfera estadual**, enquanto promotora de estudos e articuladora dos assentamentos entre si, e **a esfera nacional**, como expressão de uma identidade social. Essa relação articulada entre si é onde os sujeitos envolvidos no trabalho com a educação se apóiam para desenvolver uma concepção de educação e formação de professores camponeses e intensificar o compromisso político através das práticas com vistas à reforma agrária. Ao mesmo tempo, essa triangulação se abre a um movimento circular e contínuo que, segundo os sujeitos, permite a organicidade e a coletividade. O trabalho desenvolvido no assentamento articula-se com o todo e, de acordo com as diferenças, o tempo e o ritmo de cada assentamento, contribui para essa identidade coletiva, contexto em que é gestada, desde as possibilidades à concretização da formação contínua.

Em nível estadual há um projeto, porque existe uma sistematização e ação. O que dá mais sustentação à nossa formação continuada, são os encontros estaduais de educação que acontecem, anualmente, coordenados pelo coletivo estadual de educação. Esse é certo e é onde agente recebe incentivo e atualiza os conhecimentos. O coletivo estadual de educação tem elaborado um plano de formação continuada, aproveitando o tempo em que acontece o curso de Pedagogia da Terra – esse plano consta de dois momentos: *tempo escola e tempo comunidade*. (Educadora “D” – Entrevista em 08/02/06)

Os encontros estaduais e anuais se realizam em torno de uma temática e através da metodologia *tempo-escola e tempo-comunidade*, sob a coordenação do coletivo estadual de educação. O objetivo é fazer a formação contínua integrada aos que fazem a formação inicial.

Há uma compreensão, no MST, de que o professor, nas etapas de formação inicial, precisa de suporte teórico e prático como meio de superar as limitações herdadas da escolaridade para poder apropriar-se e interagir com o conhecimento que vem através do curso de formação inicial. Os professores por meio do Movimento, concluíram o Ensino Fundamental através dos supletivos. cursar um magistério e depois uma graduação não são tarefas fáceis. Essa é uma das razões pelas quais a coordenação estadual se organiza para acompanhar os professores-estudantes em tempo integral durante o curso de Pedagogia da Terra e Magistério ministrado no período de férias.

A metodologia tempo-escola e tempo-comunidade compreende dois momentos: o primeiro é o acompanhamento aos estudantes de formação inicial – magistério e graduação - de acordo com as necessidades.

O problema é que estamos correndo atrás de um tempo de negação da nossa trajetória escolar. Aqui corremos atrás do conhecimento, mas também de leituras que nunca foram feitas. Todos (uma ou outra exceção), nunca tinham lido um livro todo. Leu pela primeira vez na faculdade, mas por causa do acompanhamento que fazemos – tempo-escola e tempo-comunidade. Porque na faculdade também a tendência é ler parte, pedaços de livros. Ex: Na universidade houve um seminário. Um grupo ficou para expor o livro: Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire. Cada um ia ler só o seu pedaço. Compramos livro para todos e orientamos o grupo para ler todo o livro e apresentar o seminário através das palavras chaves e não por capítulo. Surpreendeu os

professores e assim vai. Com isso despertamos para a importância de que o educador vá formando sua biblioteca [...]. Hoje comprar livro já é um costume - faz parte da nossa pedagogia - estimular a formação de biblioteca, nos presentear uns aos outros com um livro e tudo isso faz parte do nosso processo de formação. (Educadora “A” – Entrevista em 07/02/06)

O segundo momento do tempo-escola e tempo-comunidade consiste em estudos realizados com os estudantes do curso e os outros professores que estão nos assentamentos. Através dos professores, que participam dos cursos, a formação se estende ao Setor de Educação como um todo. As temáticas mais pertinentes nos encontros de formação continuada são as relacionadas à educação infantil (0 a 6 anos).

À guisa de conclusão, consideramos que há por parte dos professores assentados o reconhecimento da sistematização e efetivação de uma formação contínua intrinsecamente ligada à demanda cotidiana do assentamento. “Eu diria que a formação que a gente recebe é importante, necessária, e no momento, é o que podemos fazer, [...]. Por mais que a gente estude não se chega ao limite. Por isso eu me sinto contemplada, mas não totalmente satisfeita”. (Educadora “A” – entrevista em 07/02/06)

Destaca-se como relevante a preocupação com a formação centrada na relação teoria e prática.

Às vezes o meu temor é que a teoria ela é muito mais otimista do que a prática real. De repente, nas discussões, na formação, se tem um discurso que não correspondem à prática das escolas no assentamento. Mas, por outro eu acho que faz parte da utopia, essa angústia e ansiedade de ver tudo isso que a gente acha tão bonito, teoricamente, que esteja na prática. É... então, a gente escuta: bom o nosso discurso é tão bonito, mas a prática é tão dispersa. Mas por outro lado ela nos ajuda a caminhar com mais rapidez. Acho que a relação teoria e prática é isso mesmo – a primeira não se sobrepõe a segunda e a segunda não está subjugada à primeira. É uma relação dialética, porque tem as resistências de ambos os lados. Trabalhamos com a teoria de que nada está pronto, acabado, pelo contrário, trabalhamos com a idéia do inacabado. A formação que o movimento propõe é muito exigente. Os cursos internos são muito puxados. . (Educadora “D” – Entrevista em 08/02/06)

Predomina a centralidade na prática como elemento fundamental na reflexão crítica sobre o ato de ensinar e para que ensinar. Quanto maior for a inserção na realidade, menos possibilidade haverá de se divagar na teoria.

Sobressai uma formação cujo foco é o cotidiano do assentamento e que se fundamenta na militância por reforma agrária, estabilidade no campo e transformação social e política. Portanto, no processo da formação contínua do educador Sem Terra, alguns aspectos são pertinentes: o educador está de fato envolvido com o trabalho da educação no assentamento; a formação tem que estar vinculada às metas do MST, como um todo; o assentamento e a escola é o lugar privilegiado da formação, isto é, a formação começa e se desenvolve no cotidiano do assentamento; é preciso garantir ao professor a sua formação inicial e contínua; o professor é

também um militante. O princípio norteador é a transformação social.

O enfoque dado à formação a partir do lugar onde o professor trabalha, aproxima-se das considerações feitas por Candau (2003) sobre uma nova perspectiva de formação continuada de professores, que consiste em três aspectos: a escola, como o lócus privilegiado da formação; ter como referência, no processo de formação contínua, os saberes docentes; e atenção às etapas do desenvolvimento profissional do magistério. A autora aproxima-se de Pimenta (2000), que também reconhece o cotidiano como o lugar por excelência da experiência, em que a prática docente, problematizada e mediatizada pela teoria faz avançar o processo formativo.

As contribuições de Pimenta (2000) apontam para o trabalho do professor enquanto mediador entre o educando e as informações provindas da sociedade. Sob o ponto de vista de que informar não é o mesmo que conhecer, defende que o grande trabalho do professor está em possibilitar aos alunos desenvolverem seu potencial crítico reflexivo, indispensável a permanente formação do humano. Outra contribuição trazida pela autora é no que tange à identidade profissional, construída a partir do seu significado social, da avaliação da profissão no contexto social e político e da reafirmação da necessária e significativa profissão docente, à luz das teorias existentes, como suporte e ressignificação, que conseqüentemente produzem novas teorias e novas práticas. Trata-se de um processo que situa historicamente a atividade docente, bem como os valores e saberes da profissão, relacionado à história de vida desses sujeitos e das relações construídas com outros professores nos diferentes espaços formativos.

#### BIBLIOGRAFIA

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem-Terra: Escola é mais do que escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Educação em movimento: Formação de educadores e educadoras no MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Formação Continuada de Professores: Tendências Atuais- pp. 139-152. In: REALI, Aline M. de M. Rodrigues & MIZUKAMI, Maria da G. Nicoletti (orgs.). **Formação de Professores: Tendências atuais**. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. **Medo e Ousadia – o cotidiano do professor**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006

FRIGOTTO, Galdêncio. Debate sobre Educação do Campo impulsiona mudanças – pp 65-68. In: **Boletim da Educação, n. 09 – Educação no MST: Balanço 20 anos**. Editora Peres, São Paulo, 2004.

MARTINS, Maria Anita. Compreendendo a ação docente, superando resistências - pp. 93-108. In: SEVERINO, Antônio Joaquim & FAZENDA, Ivani (Orgs.). **Formação docente: Rupturas e possibilidades**. Campinas, SP: Papirus, 2002. (Série Cidade Educativa V. 2)

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: Identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido. (org.). 2. ed. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2000.

STÈDILE, João Pedro. A história do MST é um aprendizado coletivo – pp. 68 -71. In: **Boletim da Educação, n. 09 – Educação no MST: Balanço 20 anos**. Editora Peres, São Paulo, 2004.